

**42º Encontro Anual da ANPOCS
SPG41 Sociologia e Antropologia da Moral**

**MORALIDADES SITUACIONAIS: AS PERCEPÇÕES E AS AVALIAÇÕES DO
POLICIAL MILITAR SOBRE SUAS PERDAS DE STATUS.**

Larissa Jucá de Moraes Sales - PPGS/UFC

Leonardo Damasceno de Sá - PPGS/UFC

Caxambú/MG

2018

MORALIDADES SITUACIONAIS: AS PERCEPÇÕES E AS AVALIAÇÕES DO POLICIAL MILITAR SOBRE SUAS PERDAS DE STATUS.

RESUMO

Este texto descreve e analisa regimes morais de policiais militares de modo situacional, mobilizando suas autopercepções sobre as formas de suas experiências profissionais e pessoais. São as realidades múltiplas que constituem estratégias simbólicas nos jogos de poder e competência, deslocando as formas de um *ethos* que não reflete mais as normas e os valores da imagem idealizado da categoria. A partir de relatos biográficos, os predicados de valentia, coragem e combate, com sua força identitária corporativa, são relativizados. Aspectos do que é sentido como desvalorização profissional por parte dos atores sociais alteram os próprios sentidos morais da autoimagem dos policiais. A tarefa do trabalho é compreender as moralidades em fluxos das falas dos policiais militares sobre suas perdas e desrealizações, seus vocabulários de motivos para apresentar sua situação de privação simbólica, o que é traduzido também em ação coletiva na forma de movimento de contestação.

Palavras chave: Polícia Militar, Perda de status, Lutas por reconhecimento, Reivindicações.

INTRODUÇÃO

A proposta deste *paper* é suscitar o debate em torno das moralidades expressas por policiais militares do Ceará no processo de luta por reconhecimento social. Nosso enfoque será pautado nas categorizações dos sujeitos sobre o universo simbólico que circunda sua atuação profissional, pautado por eles como um universo permeado por situações que instigam a desrealização e desumanização. Tratam-se de situações próprias do cotidiano institucional que demandam modos de atuação específicos, as vezes baseados na imposição violenta, na arbitrariedade dos comandos e tratamentos de desconsideração, o que ao longo dos anos, teria provocando processos históricos de reivindicação de direitos e questionamentos (ALMEIDA, 2010; ALVES 2013). No ponto de vista dos militares essas reivindicações estariam relacionadas ao excesso da influência dos ditames militares em suas experiências sociais.

Nossa proposta analítica parte do pressuposto que este ofício, de característica militarizada, carrega em si relações políticas e de poder, como

estrutura de fundamentação, gerando efeitos nos modos como os policiais militares experimentam suas existências. A partir das narrativas dos sujeitos, refletiremos como as práticas policiais são inscritas no jogo simbólico que permeia seus atributos morais sobre o que é ser policial.

Normas disciplinares, ditames regulatórios, enquadramentos, práticas de recompensas, correção e punições, compõem parte do fazer cotidiano corporativo militar (MUNIZ, 1999; SÁ, 2002; KANT DE LIMA, 2003). Possuem uma força simbólica que estruturam suas categorizações acerca do trabalho, mas que são relativizados na medida em que criam diferentes modos de perceber a profissão. Muitos relatos resgatam noções valorativas como justiça, direitos, coragem, valentia, guerra, enquanto que outros expressam processos de desconsideração, frustração, perda de status e desumanização.

Em algumas narrativas de policiais militares, as categorias *hierarquia* e *disciplina* fazem referência a uma essencialização sobre o que é ser polícia, em geral, são expressadas como características próprias da carreira militar. Esses imperativos muitas vezes chocam-se com os processos de subjetivação da vida e do contexto laboral dos policiais, na medida em que são explicitados a recorrência de casos de abusos de autoridade como sendo propiciadores de sofrimentos e adoecimentos, impactando em seus corpos e em suas práticas (SALES, 2013; SALES; SÁ 2016). Ademais, tais categorias tem sido relativizadas através da dissonância entre as idealizações de um *ethos* e a produção de indivíduos destituídos de sua condição de sujeitos. Ponto que também tem sido pauta de reivindicação e reflexão interna na corporação desde meados de 1997 (ALMEIDA, 2010; ALVES, 2013).

As narrativas de nossos interlocutores são atravessadas por idealizações e frustrações acerca do trabalho cotidiano. Estão entremeadas por eventos que expressam categorizações simbólicas em torno do prestígio, da autoridade e da honra, mas que apresentam também desumanização, perda de status e humilhação, como questões recorrentes na prática policial. Para estes sujeitos a vida militarizada é instrumentalizada por normas disciplinares, regulações,

enquadramentos, práticas corretivas e punitivas que impactam em suas relações sociais e regimes morais.

Essas questões abrem espaço para as inquietações que balizam este estudo. Ainda que não sejam respondidas neste paper, por se tratar de um estudo em andamento, nos mobilizam a pensar a instituição policial a partir dos processos de luta por reconhecimento individuais e coletivas. Desse modo, nos interessa compreender de que maneira essas questões de deslegitimação reverberam em ações práticas cotidianas? Como se efetiva as relações entre *hierarquia* e *disciplina* no cotidiano profissional? Em que medida geram processos de perda de status policial? Diante das situações de deslegitimação, humilhação e desconsideração, como se estruturam as micro-resistências no fazer laboral? Como a corporação vira palco de reivindicações e mobilização por direitos? Como o ambiente militarizado torna-se espaço de luta por reconhecimento? Como acontecem os processos de lutas por reconhecimento que extrapolam as fronteiras da corporação? Como os policiais militares elaboram percepções sobre o reconhecimento em diferentes domínios de sua existência?

Nesse empreendimento reflexivo o reconhecimento (HONNETH, 2009) é pensado como ferramenta analítica para entender a realidade profissional militar, compreendendo-o como componente do processo de reciprocidade no fazer situacional. Entretanto exploramos também o auto reconhecimento e percepções dos militares enquanto sujeitos, ou seja, expondo situações em que há um esforço dos interlocutores em evidenciar a condição de humanos. Nessa perspectiva, compreendemos que os processos de reivindicação por reconhecimento social ficam mais evidentes justamente quando o oposto acontece.

Como aporte metodológico nos basearemos em entrevistas narrativas com policiais militares do Ceará, acionadas a partir de uma rede de interlocutores criadas em torno de nossas pesquisas. O contexto de produção das entrevista abrangeu a informalidade, ocorreram em locais públicos, como a biblioteca da universidade, e também em ambientes privados, como nas residências dos próprios militares. O processo de escolha dos interlocutores passou por apenas um critério fundamental, ser policial militar e estar atuando na profissão.

As teias narrativas construídas pelos interlocutores exploram suas autobiografias profissionais. Retratam histórias que exploram diferentes domínios da existência dos sujeitos e são entrelaçadas por desejos, agenciamentos, lutas, identificações, sonhos, realizações, conflitos, fantasias, necessidades, oportunidades, renúncias e etc. As multiplicidades das narrativas serão exploradas em suas particularidades e em suas generalidades. Sendo um recurso rico que pode nos dar pistas para compreender o cotidiano da instituição policial militar no Ceará.

MORALIDADES POLICIAIS, PERCEPÇÕES DE SI E A PERDA DE STATUS

Oliveira nasceu na região metropolitana de Fortaleza, capital do Ceará, teve uma infância voltada para o trabalho na roça, segurando a enxada e ajudando os pais na lavoura, era o que garantia a alimentação de cada dia. Aos 15 anos foi trabalhar como vendedor no centro da cidade. Relembrando sua história de vida, explora a firmeza do tratamento e educação que seus pais o deram. Não o deixavam sair de casa no período da noite, muito menos beber e fumar, ainda que os fizesse escondido. Seu pai também trabalhava como vendedor em uma banca de verduras, e como cuidador de um chafariz, ao qual mantinha limpo e distribuía água para os moradores. Sua mãe ajudava na roça, mas seu trabalho principal era o de casa.

O regime austero imposto por seus pais atrapalhou muito dos seus relacionamentos amorosos. Antes de completar o colegial (parte da educação que corresponde ao atual ensino médio), Oliveira decidiu por sair de casa. Sentia uma pressão advinda de seus familiares, que o julgavam vagabundo por não ter um emprego fixo e poder ajudar os pais financeiramente, sua irmã já morava na capital e quando o encontrava fazia questão de dizer “que tem que sair de casa pra poder ganhar a vida”.

As piadas dos familiares se tornaram frequentes. No relato, Oliveira conta que passou a “[se] sentir assim, constrangido e sem ambiente pra permanecer em casa”. Em 1992 mudou-se para a periferia de Fortaleza, migrou entre várias

casas de conhecidos até se instalar na residência de sua irmã. Arrumou alguns trabalhos temporários. Ao falar com Oliveira, sua mãe reclamava o retorno aos estudos, mas Oliveira costumava reafirmar “Não, mãe, eu vou pro trabalho, depois eu vou pro estudo”. Trabalhou em diferentes fábricas de alimentos e tecidos. O último emprego teria sido permeado por ameaças de falência da empresa, o que gerava instabilidade e receio do desemprego.

Nesta mesma época surgiu a possibilidade de prestar concurso para a Polícia Militar. Oliveira se interessou pois, em seu ponto de vista, um concurso público daria a segurança de renda e a estabilidade que esperava. Também ingressou em um cursinho supletivo com o objetivo de terminar os estudos, pois precisou completar o segundo grau para poder prestar o concurso. Para Oliveira o desejo de se tornar policial não passa por sua experiência familiar, e muito menos por um desejo pessoal que o faz brilhar os olhos diante da profissão. Seu interesse passava pela cobrança familiar em ajudar seus pais, contribuindo para uma vida menos dura.

As idealizações que tinha do quartel vinham de experiências e conversas informais com policiais em sua cidade natal. Oliveira conta que certa vez abordou um militar com o qual trocou informações sobre o trabalho de polícia, na ocasião expôs que tinha interesse em prestar concurso, porém foi desencorajado pelo militar que falou: “Rapaz, num faça isso não, [...] você vai estragar sua vida”. Até então Oliveira não tinha entendido o significado da expressão. Imaginava que o policial se referia ao perigo que envolvia o cotidiano de trabalho, conta que:

eu não entendia, lógico, a minha cabeça num dava pra abraçar tanta informação, tanta coisa absurda, [...] eu num sabia nem o que ele tava falando, na época, [...] eu num sabia o que era militarismo, eu tinha vontade de ser militar, mas eu num sabia o que era militarismo, não sabia a opressão que ele tava sentindo e passando, só sei que ele falou coisas desagradáveis demais. [...] Inclusive quando eu já tava fazendo minha inscrição tinha um colega meu que tava pensando em dar baixa. Ele também estava desagradável, injuriado, falando mal da polícia e tudo mais. (OLIVEIRA, Cabo da PMCE, entrevistado dia 05/03/2018)

Ainda que soubesse da realidade do trabalho, Oliveira disse que não compreendia o significado de algumas expressões e que as conversas sobre a polícia pareciam absurdas. Mesmo assim não se sentiu desestimulado em prestar

concurso porém, desejava atuar em um lugar tranquilo. Em 1994 fez o exame e passou, no ano seguinte iniciou sua formação no interior do Ceará. Relembrando seu período de instrução, menciona que foi ali que começou aprender o que é ser polícia. Passou a fazer exercícios físicos diários, aprendendo a marchar, conhecendo os gestos e regulamentos militares, as novas formas de tratamento, a hierarquia e a disciplina.

Diante do que estava apreendendo, o entrevistado avaliou que “tinha toda instrução e pra mim foi muito difícil porque eu não tinha sido militar”. Em suas percepções o fato de não ter sido militar se constituía como uma desvantagem diante dos colegas de formação, pois não tinha experiência com os códigos de conduta, com os rituais e formalidades. Em referência a formação destaca que: “Eu me atrapalhei muito, mas aí comecei aos pouquinhos com 2 meses ou 3 meses comecei a melhorar mais”. Alguns de seus colegas de formação pretendiam compor as fileiras do Batalhão de Choque, Oliveira não, desejava um posto de trabalho mais tranquilo, sobre essa questão ele conta que:

o objetivo pra mim era um canto mais calmo, que fosse mais brando e tal. Inclusive lá no dia da convocação eles: “Quem quer ir pro Choque?”, aí eu fiquei ali... O Choque é rigorosíssimo, sabe? aquela exigência toda até no recrutamento. O pessoal dizia já na época, “Ah o Choque só tem recrutamento, você vai passar a vida todinha no recrutamento”, aí eu pensava: “Não, num quero isso pra mim não”, aí eu peguei e optei pelo interior, aí um colega meu: “Eu quero ir pro Choque”, levantou o braço, ora, com uns 5 minutos depois, 10 minutos, lá se vem ele voltando. Falamos: “O quê que houve? Tu num queria ir pro Choque?”, ele disse: “Não, num dá pra mim não”. O instrutor lá, o major, o segundo major disse assim: “Rapaz, ó, vocês num fiquem escolhendo lugar não porque ninguém sabe quando é que vai, quando é que vão chamar a próxima turma não, vocês ficam aí querendo escolher canto, querendo botar banca e de repente passa a vez e você vai perder, se passar mais tempo é pior.” (OLIVEIRA, Cabo da PMCE, entrevistado dia 05/03/2018)

Narrando o processo de formação, Oliveira destaca a improvisação como palavra que define aquele período. 46 homens foram encaminhados para um batalhão de uma cidade do interior do estado, há mais de 300km da capital. Chegando lá, encontraram os alojamentos sujos, pois há mais de 10 anos aquela unidade não recebia pessoas para recrutamento. Porém, a surpresa teria sido no momento em que os representantes do Batalhão declararam que não tinham ciência que receberiam um turma para a formação. O interlocutor narra que:

era o seguinte, era tudo de improviso, improviso até porque quando nós chegamos [na cidade] eles nem estavam nos esperando... Foi uma surpresa [...] quando a gente chegou lá eles num sabiam de nada, aí um deles perguntou: “O que é que vocês tão fazendo aqui?”, eu respondi, “o recrutamento”. Tinha um alojamento, só que o alojamento tava cheio de poeira. Aí, muito empoeirado, nós nos submetemos à poeira dos colchões, batia os colchões lá cheios de poeira e dormimos até na quadra, Não, num era sofrimento não porque, [...] uns ficaram insatisfeitos, começaram a criticar e eu também, eu ignorei isso aí, eu disse: “Rapaz, é o seguinte, eu num vou desistir porque eu já investi tudo que eu tinha”, na época eu gastei... eu tava morando de aluguel eu comecei a pegar cursos e mais cursos, minhas economias eu usei todinha pra poder ingressar na polícia, né, com alimentação, com tudo, aí eu tava zero de caixa, né, aí disse: “Não, eu num posso...” minhas contas da firma eu gastei, porque eu num queria viver assim, um pouco regrado ali, sempre gostei de viver mais à vontade, aí eu usei todas as minhas economias pra poder realmente tá lá, né?! Aí, resultado, eu disse: “Não, num posso, num posso desistir não” tinha uns que queriam desistir, aí acabou, entre esses 46, 4 saíram. (OLIVEIRA, Cabo da PMCE, entrevistado dia 05/03/2018)

De acordo com o relato do entrevistado, os próprios recém chegados tiveram que criar artifícios para melhorar a condição de moradia. Para uns aquela situação representava sofrimento, alguns destes optaram por abandonar a formação. No caso dele não, ele tinha que aguentar a situação, uma vez que tinha investido todo recurso financeiro que tinha. Avaliando o que aprendeu, Oliveira retoma uma questão que é amplamente discutida e compartilhada entre os militares: a prática. Reafirmam em inúmeras falas que a experiência laboral é muito diferente da teoria, do que aprenderam durante o período de recrutamento. O interlocutor destaca que a atividade fim lida com o imprevisível, pois depende do comportamento do outro no processo de interação. Diante disso, aponta que viu muito descompasso entre o que eles ensinavam na formação e como agiam nas ruas, explora que: “eu via era uma coisa que eles diziam e tavam fazendo outra coisa. Tinha um bebendo de serviço, [...] mas eu ficava calado”.

Oliveira conta que muitas vezes optou calar do que entrar em confronto com um “antigão”. Este era modo como se referia a um policial mais antigo e de patentes superior, considerando a escala hierárquica da corporação. Para ele, entrar em confronto, correspondia a perseguições por toda sua carreira profissional. A construção de sua autoimagem enquanto policial, assim como o de muitos entrevistados, passa pela pelo fascínio em torno do que chamam de poder de polícia. Sobre esta questão expõe que:

nós nos considerávamos, quase que super heróis, é fascinante. O mundo da polícia em si, ele é fascinante, eu me fascino até hoje inclusive, poder portar uma arma, poder defender uma vida, poder socorrer, poder ser útil, cumprir com o dever legal, não pra matar ninguém, mas pra socorrer, pra defender né, com interesse e se for possível até com a própria vida, isso [...] me deixa assim anestesiado até. [...] São vários fatores, vamos dizer, poder de polícia, poder de tipo ação do fato de discricção, discricional, esse poder de você pode interpretar realmente, poder definir uma ocorrência, de poder traçar o rumo da via de uma pessoa ou pra pior ou pra melhor, então tem que haver discernimento policial e eu acho assim, uma capacidade, uma responsabilidade muito grande, o policial ele pode muito bem interpretar errado e levar a pessoa à derrota total, né?, à penalidade, então é muito difícil isso aí, mas que me fascina assim, [...] pela responsabilidade, porque é muito importante o policial. (OLIVEIRA, Cabo da PMCE, entrevistado dia 05/03/2018)

O posicionamento de Oliveira traz para a discussão o processo de auto reconhecimento social. É possível verificar em um conjunto de entrevistas o esforço recorrente em tornar explícito percepções e experiências que idealizam um certo valor social a carreira e a importância de ser policial. Experiências pautadas na demonstração de certo prestígio social, ainda que a prática seja permeada por situações de deslegitimação e perda de status. Sobre o cotidiano de trabalho, o policial explora em sua narrativa o modo como o abuso da hierarquia tem sido percebido por ele e seus colegas de farda, relembra também o efeito que as mudanças de comandantes provocavam na tropa:

tinha uns que era operacional demais, que sobrecarregava o grupo, isso desmotivava o pessoal do batalhão, desmotivava o pessoal a querer ser transferido, porque ele exigia além da razão, por exemplo, ele pegava um Choque, ele trabalhava no batalhão de Choque, o Choque é aquela coisa... aí ia pra uma companhia do interior, massacrava os policiais que num tinham aquela condição física, que num tinham toda aquela estrutura que o Choque tinha, ou que uma companhia mais moderna. [...] Então chegava lá dava nas paredes né? Ia de um extremo, a outro extremo. Aquele que realmente num sabia fazer nada, entre aspas, em relação à operacionalidade, que num tinha noção, ia se impor, realmente no militarismo, na condição de ser capitão. “Não, eu quero assim e acabou” e nós sabia que isso tava errado, que não era aquilo ali, mas ninguém podia dizer nada porque era capitão, porque era major, porque era coronel. Ninguém podia realmente dizer nada. Eu falava: “Mas, sargento, essa ordem que ele deu” e ele respondia: “Faz o seguinte, ó, ele é oficial, nós somos praças, nós temos que obedecer e acabou”. E a gente ficava assim, isso me indignava também, essa parte me deixava chateado porque era necessário. [...]Pra muitos era decepcionante porque haviam contradições de ordem, às vezes um oficial não queria descumprir a ordem do outro, porque havia um certo corporativismo entre eles, certo?! Ele dava uma ordem absurda ali e pra desfazer daquela ordem absurda. (OLIVEIRA, Cabo da PMCE, entrevistado dia 05/03/2018)

No ponto de vista de Oliveira o que imperava era a *lei do mais forte*, e esse mais forte era quem tinha a maior patente. Essa é uma das questões recorrentes nas narrativas dos militares. Para aqueles que entraram na instituição na década de 90 tal fato provocava desagrado, porém muitas outras questões também compunham o quadro de insatisfação sobre a atividade. Desde a formação ao próprio trabalho de rua, os policiais se deparavam com condições laborais insalubres. Oliveira relatou que além da estrutura do Batalhão que sediou sua formação ser precária, a alimentação era ruim. Seu recrutamento foi baseado no improvisado, ao qual o comandante teve que comprar com recursos particulares munição para o treinamento prático de tiro. Sobre o patrulhamento dessa época, o policial conta que não havia sequer viaturas disponíveis, costumavam trabalhar mais 10 horas em pé, andando pelas ruas da cidade.

Devido ao número reduzido do efetivo, até o começo dos anos 2000, havia uma sobrecarga de trabalho. Relembrando este ponto, Oliveira conta que os superiores ficavam com raiva daqueles policiais que requeriam férias. Naquela época eles só conseguiam folgar em torno de 1/3 do período de direito, devido a demanda de trabalho (MINAYO; SOUZA, 2003; MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008). Esses fatores sobrecarregavam não só o corpo dos policiais mas fadigava a mente, influenciando em episódios de alcoolismo, depressão, ansiedade e em casos mais graves o suicídio (MIRANDA e GUIMARÃES, 2016).

O interlocutor conta que as licenças para tratamento de saúde, sobretudo de cunho psicológico passaram a ser recorrentes, são percebidas devido a constância nas publicações do Diário Oficial do estado. O policial explora que muitas das relações entre oficiais e praças eram balizadas por humilhação e autoritarismo, sobre as quais a condição de humano era reprimida (SALES, 2013; SALES; SÁ, 2017). Entre os militares dessa época, em diferentes entrevistas, é recorrente a manifestação das expressões “robô” e “animal” como formas de tratamento usadas pelos oficiais para se referirem aos soldados e cabos. Oliveira expõe “que a maioria dos oficiais parece que engrossa mesmo, tratava a gente

como robô, como pessoas à prova de fragilidades, com toda uma estrutura pra ser fortes”.

Oliveira conta que teve alguns problemas dentro da corporação, já teria sido punido por faltar ao trabalho, todas as faltas por motivo de doença. Já teria cumprido prisão por conta desse fato. Em determinado momento passou por problemas de saúde grave, por conta de uma doença cerebral. O comandante de sua companhia se recusou a ajuda-lo, informou que ele teria que conversar com um coronel sobre o caso. Sobre essa questão expõe:

“Você pediu permissão pra vir falar comigo?”, aí eu disse: “Coronel, é o seguinte, sinceramente não, mas o capitão me deu liberdade de que eu pudesse fazer isso, ele disse assim, que se eu falasse com um coronel podia ser que pudesse me ajudar, né, então eu vim falar com o senhor”, ele me deu liberdade, lógico ele tinha dado uma liberdade, né, mas mesmo assim, mesmo essa liberdade, eu tinha que formalizar isso. O capitão me perguntou “rapaz, se você falar com o coronel”, como o oficialato era muito superior a nós, ele num queria assim, se rebaixar, infelizmente era essa a realidade, ele num queria se rebaixar. (OLIVEIRA, Cabo da PMCE, entrevistado dia 05/03/2018)

Ao contrário de Oliveira, Lopes inicia a conversa destacando que vem de uma família de militares. Seu pai possuía outra profissão, mas dois de seus tios, que tinham grande influência na família eram policiais e acabaram por instigar os jovens garotos, filhos e sobrinhos. A carreira policial surgiu como opção de uma vida estável em comparação a situação de vida a qual se encontrava. Sua família era natural do interior do estado. Era costume de sua família encaminhar os garotos para casa dos parentes residentes na capital, para que pudessem estudar e garantir o futuro melhor para sua família. Foi nesse contexto que surgiu a influência de seu tio.

Relembrando sua adolescência Lopes conta que partilhava entre os amigos o desejo em ser policial. Entre eles havia uma idealização do policial herói. Explica que essa era uma percepção comum entre os seus amigos nas décadas de 80 e 90, havia esse imaginário do policial herói em defesa da justiça. Lopes prestou seu concurso em 1991, entrando para a corporação no ano seguinte, ou seja, poucos anos antes de Oliveira. Possui 25 anos de profissão. Sua formação

se deu no Antigo Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, onde hoje é o Colégio da Polícia Militar.

Lopes passou por um curso de formação de 11 meses, 5 meses a mais do que nos últimos concursos. A informação que tinham era que o curso havia sido estendido pois estavam reorganizando as contas do estado para receber os novos servidores. Em sua percepção, não houve organização do estado em relação a contratação dos recém policiais. O interlocutor explora que o salário do policial era três vezes maior do que a bolsa do aluno recém ingresso ao curso de formação. “Eram mil homens, então ele ficou postergando, né, ficou empurrando e a gente ia pra operação férias, aquelas operações que tinha na Beira Mar na alta estação”.

Lopes conta que ainda na condição de alunos, foram recrutados para fazer o trabalho de rua. Algumas vezes sem o auxílio de policiais mais experientes o que gerou diferentes problemas para os iniciantes e para a instituição, em relato o polícia conta que:

o CEFAP colocava a gente na rua ainda como aluno. Ainda como aluno, houve muitos problemas, o aluno ainda não tem muita experiência, né, que geralmente é pra colocar um aluno com um policial mais antigo, mas as vezes não tinha como fazer e colocava 2 alunos e houve problemas. Aí a gente ia pra essa operação férias aí quando terminava um mês, dois meses devolvia, a gente voltava pro recrutamento, já tinha acabado a carga horária toda, a gente ficava lá só... (LOPES, Cabo da PMCE, entrevistado dia 20/03/2018)

Na época, o curso era ministrado pelos oficiais e por alguns Sargentos, eram convocados aqueles que se identificavam com as temáticas propostas no curso de formação. Dentre os conteúdos abordados, Lopes lembra de ter estudado noções de direito e treinamento técnico, como armamento e tiro. Relembra que sua carga horária de serviço e estudo exigia preparo físico e mental, uma vez que passavam horas sem dormir, o policial expõe que tinha “uma escala pesada, você tirar de 2 as 4 [da madrugada], aí você não dorme mais... depois da 4, 5 horas já tá em pé, toca a alvorada e você já tem que estar de pé pra começar o curso que daqui a pouco... já tá tomando café e 6 horas já tava no outro posto”.

Ainda que com toda a empolgação que o impulsionou a entrar nessa carreira profissional, Lopes relembra com certo pesar muitos dos momentos que

viveu dentro da corporação. Nesses 25 anos de serviços, pelo menos 20 colegas de farda com os quais trabalhou em seus anos de serviço, morreram durante a atividade laboral e outros tiveram muitos problemas psicológicos chegando ao ponto de dois deles cometerem suicídio, o policial relata que:

a minha turma que eu digo, o meu pelotão que são 50 homens teve 2 suicídios no meu pelotão. Teve suicídios, teve outros que se envolveram com o crime, foram assassinados, outros foram expulsos da corporação, cumpriram pena, se perde muito, né? As vezes a gente recebe uma orientação dos oficiais que diz que você... a polícia não vai lhe formar um vagabundo não, se você for vagabundo, você vem de casa vagabundo. Foi o peso que ele trouxe... você é que já veio com essa índole. Mas teve muitos, muitos. Tinha um que eu achava até que era boa pessoa, ele já era militar, tinha vindo da Aeronáutica, entrou na polícia e quando deu fé tava envolvido com as coisas, sabe? Tava rico, tava cheio de coisa, aí ele foi assassinado no José Valter. (LOPES, Cabo da PMCE, entrevistado dia 20/03/2018)

O policial relembra um dos casos que marcaram sua vida de recruta. Conta que estava em serviço na Av. Beira Mar, quando o dono de uma churrascaria havia pedido para que ele e seu companheiro retirassem um palhaço que havia entrado seu restaurante para vender produtos para os clientes. Quando chegaram ao local, o palhaço já estava brigando com outros policiais, lutando capoeira. Foi então que se viu obrigado a “entrar na briga”, batendo no rapaz e o prendendo. Ainda que parecesse uma ação rotineira, aquele momento ficou registrado em sua memória pois no dia seguinte encontrou com o mesmo sujeito, passando pelo local onde havia sido preso, o que gerou insegurança na expectativa de uma represália ou vingança. Mas ao mesmo tempo seu relato trazia um tom de remorso contando que “depois você fica com aquilo na cabeça, um cidadão, trabalhador que você bateu, teve que conter, algemar, né”.

Quando relembra seus primeiros anos de polícia, Lopes relata que trabalhou sob escalas de serviço extenuantes, em que passava 12 horas em pé, e relembra esse fato com certa revolta. Diz que viveu muitos anos nesse tipo de serviço, até ser realocado como motorista, o que em seu ponto de vista foi melhor. Rememorando suas experiências, conta que a vida de polícia mexe com o psicológico de muitos policiais, e que alguns vivem numa paranoia, explora que possui diversos amigos que não largam a arma nem para ir ao banheiro.

Interessante notar que suas narrativas são voltadas para elencar os pontos negativos da profissão. Muitas de suas falas, quando exigida a criar critérios de

seleção ou quando iriam imputar em julgamentos morais de tom acusatório, eram interrompidas pelo silêncio, como se ambos, eu e ele, compartilhássemos o entendimento. Eram falas que precisavam serem retomadas para que ele expressasse seu pensamento sobre o assunto.

Ainda nesse contexto, o policial relembra os diversos casos que impediam as promoções de se efetivarem, sobretudo por questões de comportamento. Relata que o percurso da mudança de patente dependia de uma escala de condutas registrada em sua ficha profissional, caso recebesse uma punição, ocasionava um atraso em sua promoção. Os fatores mais comuns no que se refere as punições foram elencadas por Lopes:

Uma falta de serviço, uma falta não, um atraso, alguns atrasos pra chamada, porque a gente tem uma chamada na hora de assumir o serviço, então se a gente atrasou pra essa chamada, se está relaxado no posto de serviço, postura e compostura que eles querem, né, no serviço, postura. Hábitos, você faltar com a verdade ou insubordinação, insubordinação é crime, já é crime. E automaticamente você recebe uma detenção, dependendo da avaliação do seu comandante você vai pra uma detenção e como é crime você vai responder isso aí. você responde criminalmente que insubordinação é crime, porque a polícia, por ser militar ela é pautada na disciplina e hierarquia, né. Então a hierarquia você tem que... Por exemplo, um não cumprimento de uma ordem, a insubordinação é você não cumprir uma ordem, ou você... existe uma falácia da polícia que é “sim, senhor” e “não, senhor”, que é a única coisa que você pode dizer pra um policial. (LOPES, Cabo da PMCE, entrevistado dia 20/03/2018)

Essa questão apresentada por Lopes é comum em diversas narrativas de policiais militares nas instituições brasileira. O fato de a polícia militar ser pautada pela *hierarquia* e a *disciplina* se constitui o principal alvo de reclamações internas, ainda que seja uma questão inerente ao próprio fazer policial no Brasil, é sobre este ponto que repousam as narrativas de humilhação, desconsideração e falta de reconhecimento (FREITAS, 2017). O policial destaca que é difícil haver casos de enfrentamento entre oficiais e praças, não que deixem de existir, mas o que muitas vezes impera é o autoritarismo, o policial expõe que:

Existe a questão da ordem absurda que eles dizem. O oficial lhe dá uma ordem, mas se ela for absurda você não cumpra. Mas aí pra você provar que é uma ordem absurda, né, vai haver a palavra do oficial também quando você for pra uma instância maior, quando você for responder isso aí, pra você provar alguém vai negar, alguém vai exagerar, né, aí vai ficar naquilo e geralmente a voz do oficial é superior. Oficial não tem comportamento, quem tem comportamento é... (LOPES, Cabo da PMCE, entrevistado dia 20/03/2018)

Lopes conta que durante esses 25 anos de trabalho alcançou duas promoções, chegando ao posto atual de Sargento, relata que essa demora nas promoções incentivou muitos policiais a exercerem outras atividades remuneradas, a maioria delas extraoficiais, através de bicos informais (SILVA, 2010), sobretudo fazendo segurança armada de políticos e empresários. Sua última promoção teria sido por conta da leva de promoções advindas de uma nova lei.

Outro ponto que aparece de modo recorrente nas falas do sujeitos militares e que foi enfática na narrativa de Lopes, é o papel da mídia e das redes sociais no serviço policial. Ele destaca que hoje em dia, qualquer pessoa tem um celular para filmar as ações policiais. Conta que qualquer relato de terceiros, mesmo que sejam inventados levam muito tempo até serem apurados de fato, e que a maior facilidade está no policial “se enrolar” do quer sair ileso. Argumenta que o policial é vigiado pela instituição 24h por dia, vejamos:

Por exemplo, se um policial tem algum erro um policial estar num bar bebendo? Não tem, todo mundo pode ir pra um bar. Eu não bebo, eu não uso bebidas alcoólicas, mas muitos amigos meus podem estar num bar bebendo, acontecer um problema lá e como nós somos policiais 24 horas por dia, nós estamos com nossa arma, né? Aí um policial puxa a arma pra resolver um problema, uma piada com uma mulher, acontece demais isso, né. E pra você explicar isso, que você estava num bar bebendo armado, mas não tem culpa nessa história? Sem estar em serviço, mas um policial ele é 24 horas por dia policial. (LOPES, Cabo da PMCE, entrevistado dia 20/03/2018)

Os vizinhos, amigos e conhecidos de Lopes sabem que ele é policial militar. Há um esforço do policial em construir uma relação de respeito e autoridade onde reside. Lopes sempre é acionado a intervir em resolução de conflitos, principalmente por influência dos exemplos que via em casa, nas atitudes de seus tios, aos quais se espelhava bastante. Lopes conta que “a gente ouvia essas coisas e sentia aquela vontade de justiça, de fazer as coisas certas, né. Eu graças a deus, meu pai era muito justo, era muito decente com as coisas dele, com as atitudes dele. Então a gente tem isso dentro da gente, fazer justiça, né?”

O policial expõe que há diferenças substâncias entre a vida civil e militar, em que muitas vezes o policial é obrigado a ter uma postura sempre alerta, baseada no bom senso, para não manchar a imagem moralizadora que a instituição quer passar para a sociedade, embora essa pressão incida

principalmente entre os praças. Há que constar que a corporação militar possui uma imagem desgastada frente aos episódios violentos ao quais se vincula e as diversas crises que marcam o campo da Segurança Pública. Lopes expõe a diferença entre a vida civil e militar a partir do seguinte relato:

Se... é porque ele teria a obrigação de saber lidar com isso, o civil não tem obrigação de lidar com isso, o militar tem a obrigação de saber. Uma arma por exemplo, se eu deixar uma arma cair e pegar em alguém, eu tenho a obrigação de saber disso que fui negligente com a arma. Fui negligente, talvez o civil responda o crime por tê-la, por apenas possuir uma arma ilegal, mas o militar tem a obrigação de saber que ela dispara. Então é... o fato é esse. Na justiça comum, quando você vai, vai ser muito difícil você provar. Eu não tenho a experiência da justiça comum porque eu nunca fui, mas o que a gente ouve é que é difícil você provar. Agora você pode ser punido até 2 anos, não sei se mudou alguma coisa, mas até 2 anos se eu for punido dentro da polícia por um crime militar meu eu permaneço na polícia. Eu vou cumprir essa punição, prisão, até 2 anos eu permaneço. Agora se eu for punido por 2 anos e 1 dia, passou de 2 anos, dizem que a população não tem obrigação de me pagar pra que eu fique preso, então eu sou expulso e vou responder na justiça comum. (LOPES, Cabo da PMCE, entrevistado dia 20/03/2018)

Quando entramos no assunto da greve de 1997, o policial recorda que no dia do movimento ele faltou ao serviço, não foi para a passeata, mas também se recusou a trabalhar. Por este motivo recebeu uma sanção de seu superior, sendo detido pelo período de 15 dias. Nesse período ele ia trabalhar em sua escala normal, mas ao final retornava ao presídio militar. Em sua narrativa, destacou os problemas psicológicos sofridos pelos seus companheiros de farda. Relembra que acompanhou inúmeros colegas em fase de tratamento psicológico. Expõe que nos corredores da corporação circulam comentários sobre médicos psiquiatras que sofriam pressões sutis de integrantes do comando da polícia para que revissem seus laudos médicos, a intenção era que pudessem punir aqueles que já estavam com problemas internos com o comando. Isto fica claro nesta narrativa:

teve muito problema lá porque as vezes o comando-geral, por exemplo, o comando-geral tá doido pra me punir, mas eu tô numa licença psiquiátrica. O comando-geral pedia pro médico liberar da licença pra pegar o cara, Acontece assim, muitos policias, ele contava que recebia muito essa pressão. O [FULANO] nos contava que havia essa pressão sobre eles, digamos que você tinha certeza que aquele policial era um suposto vagabundo, desonesto e tal, mas ele tava no tratamento psiquiátrico, alcoolismo, droga, alguma coisa desse tipo, então ele tava sob licença e havia uma pressão do comando pra que tentasse que o médico fosse mais coerente nos seus laudos aí, que era pra dar chance pra eles pegarem o cara fora da... Pra punir, excluir, ele não podia ser excluído sendo... tinha muito isso lá. (LOPES, Cabo da PMCE, entrevistado dia 20/03/2018)

Comentando sobre a pressão experienciada ao longo dos anos de polícia, Lopes explora o descaso do governo e da própria instituição para com o sujeito militar que trabalha na rua. Expondo que há pouco investimento na qualidade psíquica e emocional, e há por parte da instituição muita cobrança, o que fica claro em sua narrativa:

vivi! Muito tempo! A gente trabalhou, por exemplo, qualquer ocorrência que for mais séria, prender, usar a força física, talvez na concepção deles foi desnecessária essa prisão, aí vem a, deu na mídia, deu nos holofotes, aí tem que livrar o nome da polícia desse negócio, tem que livrar o nome da polícia. Por governo do estado é melhor morrer um policial do que você atirar numa pessoa indevidamente. Morreu um policial é só mais um na estatística, agora um policial, como agora essa ocorrência no morro que os policiais atirou e derrubou dois vagabundos, quando eles passaram eles ainda estavam com vida, ainda estavam se mexendo, eles tiveram que terminar, eles executaram pra continuar a operação, né, ou eles iam pra frente e esses vagabundos sem ter sido mortos ainda?! Aí a imprensa deu em cima, execução sumária, o Rio de Janeiro está em guerra! Aí os policiais passaram por eles, eles estavam baleados aí terminaram de matar, né, executaram, está em guerra! Como é que eu vou subir o morro e deixar dois caras vivos ainda pra trás de mim? Deixar dois caras vivos nas minhas costas? Como é que vai ser isso? Ou eu vou parar a operação pra socorrer eles aqui? Fazer umas compressões cardíacas? É difícil o trabalho de polícia, né? Para a operação, bota a arma nas costas aqui, vamos socorrer, é uma vida, né, pra população é uma vida, não importa o que seja, pra saúde também, para a ética é uma vida, um médico não vai atender mal num hospital, uma emergência, não vai atender mal um marginal não ou um policial um cidadão ele atende do mesmo jeito, né não? Ou são medicamentos diferentes ou tratamentos diferentes? Não são, né! Então quer dizer que pra polícia é muito difícil, a polícia num tiroteio, podendo ser morta, podia ser morta, mas não foi, conseguiu baleiar, aí quando passar por ele tenho que massagear, socorrer ele. Difícil o trabalho de polícia, então a gente recebe muito essa pressão, essa... eu fui pra um show do Planet Hemp, a tradução é planeta maconha, né, aí era o mundo se acabando, era um fim de mundo, eu tenho certeza que um país em guerra não era igual a esse show do Planet Hemp na beira da praia. Eles quebrando tudo, destruindo toda a barraca, sabe? A avalanche de vagabundo, quando é fé lá vem a multidão destruindo tudo, tudo, tudo. Que a gente pega na arma assim, aí o oficial grita “não atire não” não atire não”, “então nós vamos morrer aqui mesmo?! Eles vão passar por cima da gente, nós vamos morrer aqui”, aí quando eles se aproximaram mesmo o primeiro a puxar a arma foi o policial e atirar, o primeiro. Quer dizer, é difícil o trabalho de polícia. Aí você fica naquilo, quando da fé vai responder, depois do ocorrido pra você explicar como é que foi, que jogaram pedra e depois disso aí, falando em jogar pedra, a gente socorreu um bocado de cara lá, talvez cidadão não sei, com o rosto arrebitado de pedrada deles, um segurança, a gente via os dentes do segurança por aqui, ó, de uma pedrada. (LOPES, Cabo da PMCE, entrevistado dia 20/03/2018)

Outro elemento que aparece nessa narrativa, é a arbitrariedade empregada nas atuações policiais. Em certa medida há dentro da prática policial aquilo que

chamam de discricionariedade da atuação (MUNIZ, 1999), que seria a margem de manobra que o policial tem para tomar decisões sobre o curso da ação e determinar sua forma de agir. No ponto de vista dos militares, “no calor” dos acontecimentos, é difícil decidir corretamente como proceder, uma vez que está em jogo sua vida, a vida de outros, as premissas básicas dos direitos humanos. Porém, ainda assim, vigora a necessidade de abater o inimigo, levantando na argumentação da guerra nas ruas para prosseguir a ocorrência. Na explanação isso aparece como algo corriqueiro, sob o qual a preparação para a guerra urbana é que prevalece.

O policial conta que já foi detido inúmeras vezes por usar a força física de forma desmedida. Justificando sua atuação, considera que é extremamente difícil e incompreendido o trabalho de operador de segurança, sobretudo quando se é exigido a atuar de um jeito e a cobrança é de outro, sobre o qual no momento em que há necessidade, não tem amparo da sociedade, da instituição e nem do governo, deixando o policial com toda responsabilidade e culpa. Essa não é uma fala isolada, está presente no discurso policial, sobretudo nas narrativa dos mais antigos, aquele com mais de 20 anos de carreira.

Em determinado momento sua esposa nos convida a tomar um café. Maria se sente à vontade para falar como percebe o fazer policial, sem a necessidade de perguntar. Nesse momento o gravador estava desligado. Desse modo, as narrativas ficaram registradas apenas no diário de campo. A Senhora conta que assim que Lopes entrou na instituição policial, ele se sentia herói, queria resolver todo problema que encontrasse a sua frente, e isso a deixava insegura e com medo. Lembra um período de sua vida em que estavam esperando o primeiro filho, quando em uma briga de trânsito, Lopes perseguiu um carro que provocara baderna. No carro do policial, vários civis o acompanhavam, incluindo sua mulher grávida, que passou mal durante a ocorrência. Lopes ainda conseguiu parar o carro, sacar a arma e prendeu um homem que dirigia embriagado. O policial segue a narrativa de sua esposa com a seguinte colocação “É muito chata a situação, a minha esposa as vezes percebe que a gente não tá legal, não tá bem. O stress... quando ela vê um stress ela sabe que é da atividade. A esposa da gente precisa ser muito esperta, ela percebe a pressão”.

Maria conta que os dois estão junto antes mesmo de Lopes entrar na polícia militar e que juntos construíram tudo o que tem, tiveram uma vida simples, mas de muito respeito. A senhora conta que muitas vezes teve que segurar a barra dentro de casa pois, apesar de seu esposo não levar os problemas do trabalho para casa, muitas vezes ele chegou estressado, chateado, calado e ela tinha que apenas entender. Lopes relata que muitos de seus colegas de farda “descontam” toda sua raiva e stress em seus familiares, argumenta que “tem cara que dá na esposa por causa disso, ele chega em casa e dá na esposa. Mas, eu realmente não trago, eu não. Ela percebe”. Sua esposa confirma.

Conforme tomávamos café e desfrutávamos do lanche que sua esposa havia preparado, entramos em conversas informais, relativas ao cotidiano da família. Lopes conta que havia construído sua casa com sua esposa, com a mão na massa, um ajudando o outro a erguer a residência, no que ele considera de verdadeira parceria. O seu núcleo familiar tem como seguimento religioso o protestantismo, para o qual já são vinculados há 15 anos. Para ele, desde que entrou para a Igreja vive uma vida mais calma. Pretende se aposentar e se dedicar a suas práticas de lazer que muito lhe dão alegria, dentre as quais elenco o cultivo de plantas, cuidado de animais e escrever crônicas. Hoje o seu desejo com relação a polícia militar é que consiga se aposentar.

PROCESSOS DE REIVINDICAÇÃO E LUTAS POR RECONHECIMENTO

As narrativas de Oliveira e Lopes exploram questões que dão vida e corpo aos processos de reivindicações por reconhecimento profissional na instituição policial. Sobre essa questão, retornando ao ano de 1997, é importante destacar que ele marca também um dos fatos mais importante da história das polícias militares no país. Em junho daquele ano emergiu o primeiro movimento de contestação organizado por policiais e bombeiros militares. O evento foi desencadeado pela polícia militar de Minas Gerais e se estendeu por mais 14 estados brasileiros (ALMEIDA, 2010; ALVES, 2013). Ainda que a Constituição Federal proíba greves e sindicalizações dentro da corporação militar, ao mesmo

passo que vetam filiações a partidos políticos¹ a integrantes da tropa, há um esforço circunstanciado em criar mecanismos para que os processos reivindicatórios se tornem legítimos ou que aconteçam de forma mascarada. Desse modo, usaram como alternativa a apresentação ao trabalho mas sem prestar o serviço, ou seja, ficaram aquartelados e não executaram o trabalho de policiamento das ruas.

O estopim do movimento teria sido a disparidade salarial entre oficiais e praças. Entretanto algumas questões já afligiam as tropas militares, considerando, sobretudo, a insalubridade do trabalho, as precárias condições, os equipamentos sucateados, baixos salários e a desumanização da tropa, com casos de abuso de autoridade e recorrentes cenas de humilhação (MINAYO; SOUZA, 2003; MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008). Importante destacar que ao mesmo tempo que a sociedade reivindicava uma atuação policial baseada nos direitos humanos, os policiais também pleiteavam respeito em suas relações laborais. A atuação policial, neste período era entendida como resíduo do período ditatorial. Dentro da tropa, os policiais passaram a questionar sobre os processos de perda de status. Ocasionalmente uma crise institucional.

No caso do Ceará, policiais militares do estado também aderiram ao movimento, a iniciativa foi dos praças, que no início queriam organizar uma reunião para esclarecer o que estava ocorrendo nas demais instituições, porém o evento ganhou significativa amplitude, sucedendo em uma passeata nas proximidades da Beira Mar da cidade. O evento contou com a presença de cerca de mil policiais. O batalhão de choque da PM impediu o prosseguimento da caminhada, havendo confronto armado entre os policiais e bombas de gás lacrimogênio para dispersar os manifestantes. Mesmo com o confronto, houve votação e foi decidido pela adesão à greve.

Esse evento desencadeou um processo de “caça às bruxas” institucional. Policiais militares que participaram foram perseguidos, transferidos compulsoriamente. 70 militares foram punidos e encaminhados para a expulsão.

1 Constituição federal de 1988, artigo 142, parágrafo 3, inciso IV - ao militar são proibidas a sindicalização e a greve, e inciso V - o militar, enquanto em serviço ativo, não pode estar filiado a partidos políticos;

A falta de reconhecimento e a desvalorização profissional eram os principais argumentos da reivindicação. Um interlocutor conta que “por exemplo, até 1997 o policial militar, ele passava trinta anos na polícia, soldado”, ou seja, a perspectiva da época era de que não havia crescimento profissional. Apesar da estabilidade advinda de um concurso público, o sujeito estava destinado a ser soldado por toda sua carreira profissional.

No ponto de vista dos policiais entrevistados, fazendo um balanço do evento de reivindicação de 97, estes sujeitos consideram que apesar das perseguições, punições e arbitrariedades que os grevistas foram submetidos, o evento trouxe para dentro da corporação as primeiras mudanças nos tratamentos entre os policiais e despertou nos agentes de segurança pública uma inquietação com relação a sua condição, além de deixar explícito que haviam saídas para as reivindicações. Porém entre 97 e 2011 as reclamações se restringiam apenas aos corredores dos quartéis, sob a discricção e longe dos ouvidos dos superiores hierárquicos, os militares contam que “era preciso evitar represálias, não queríamos ser presos”.

Em 2011, outro evento emerge dentro das corporações militares. A insatisfação teria se tornado pauta de conversas formais. Os policiais contam que naquela época, o sentimento de desvalorização ganhava corpo nas conversas dentro e fora dos quartéis. Foi então organizada uma passeata entre os militares para expor socialmente as questões que estavam gerando um descontento diante da profissão. O evento foi organizado e apoiado por lideranças sindicais, na ocasião os primeiros representantes se fizeram perceber diante da tropa. O momento, conhecido como “sábado vermelho”, marcou o início do movimento. Do ponto de vista dos entrevistados, a passeata representou uma preparação para a assembleia geral dos policiais, teve início com uma caminhada pelo centro da cidade, findando numa praça em frente ao 5º Batalhão da PMCE. O momento reuniu mais de mil policiais.

Em dezembro daquele mesmo ano houve a mobilização de um grupo de policiais militares, em assembleia, para que fosse instaurado e organizado um movimento de reivindicação. Em maioria, os policiais decidiram por iniciar a paralisação das atividades. Muitos policiais estavam com os rostos cobertos com máscaras e blusas para que não fossem reconhecidos pelos superiores, pois

sabiam que enfrentariam grandes dificuldades no serviço cotidiano, sofrendo punições veladas, transferências e até prisão por descumprimento da lei (NETO, 2016). Foi organizado e legitimado um grupo representativo dos policiais afim de iniciar as negociações com o governo. O movimento obteve a adesão irrestrita a capital, desencadeando em outras localidades do interior. Policiais se apresentavam aos postos de trabalho mas não saíam as ruas para o serviço, se mantendo aquartelados.

Através dos casos de violência registrados e muitos boatos espalhados nas redes sociais², disseminou-se pela cidade uma sensação de medo. Diante do cenário de crise, o governador convocou a atuação das forças armadas, numa tentativa de legitimar seu poder e manter sua governabilidade. Sobre essa questão, Araújo aponta que:

Durante esse período, apontava-se um suposto caos que se instalara inicialmente em Fortaleza e que se espalhou para o interior do estado por conta da ausência das atividades de patrulhamento da Polícia Militar. O Governo do Estado chegou a decretar estado de emergência pela paralisação sendo acionados, inclusive, o Exército e a Força Nacional de Segurança Pública para garantir a segurança do estado durante a greve. [...]Esse clímax de “terror” foi criado, sobretudo, entre os dias 2 e 3 de janeiro de 2012, quando inúmeros setores começaram a ser afetados pelas greve, alguns suspendendo suas atividades: comércios foram fechados, transporte coletivo ameaçava parar, escolas com aulas suspensas, hospitais recebendo mais pacientes vítimas de arma de fogo e turistas assustados foram alguns exemplos. (2013, p.44 e 45)

Dentre os representantes policiais estava um membro do oficialato, capitão Wagner, fato que trouxe um peso simbólico a reivindicação, considerando que os oficiais fazem parte do comando policial, como homens de confiança do estado (SÁ, 2002). Este momento marcou significativamente a corporação, pois colocou lado a lado praças e oficiais. Cabe ressaltar que as negociações com o governo eram diárias. O movimento foi marcado por vários conflitos públicos entre Capitão Wagner, o governador Cid Gomes e seus irmãos, incluindo ameaças públicas e xingamentos (SÁ, SILVA NETO e SALES, 2017). Entretanto, diante da pressão policial e da sensação de medo instaurada nas ruas, o governo cedeu as solicitações policiais e determinaram prazos para o cumprimento dos acordos (SILVA NETO, 2016).

² Sobre essa questão ver:

<https://www20.opovo.com.br/app/fortaleza/2012/01/13/noticiasfortaleza,2469894/como-as-redes-sociais-criam-o-caos.shtml>

Diante de todo o cenário de crise institucional e governamental, uma figura importante obteve destaque. O capitão Wagner, oficial da polícia militar, foi considerado o principal expoente das manifestações policiais e luta por reconhecimento da categoria profissional, se tornou principal representante do movimento nas negociações com o governo. Seus discursos intensos instigavam a tropa. Ademais, capitão Wagner apresentava uma postura de confronto em relação ao governo, que não reconhecia os protestos e insistia em não negociar (SILVA NETO, 2016).

A paralisação fortaleceu ainda mais as discussões institucionais, políticas e acadêmicas em torno da desmilitarização da polícia, questão que tem sido pauta de um amplo debate (NÓBOREGA JÚNIOR, 2010). Entretanto, nos relatos dos militares, para que as mudanças fossem efetivadas alguns policiais pagaram um alto preço. Internamente, os opositores do movimento, seguiram com perseguições veladas, punições, transferência de trabalhadores da capital para o interior, mudanças de escalas de trabalho, entre outras questões. O que, em certa medida, propiciou que a figura de capitão Wagner ganhasse capital político, favorecendo, em eleições seguinte que Wagner fosse eleito como vereador mais votado da história de Fortaleza, anos depois eleito como deputado estadual. Sua figura despontou como principal oposição do governo desde a época da paralisação, gerando confrontos ofensivos e ameaças explícitas em embates públicos (SÁ; SILVA NETO; SALES, 2017).

No ponto de vista dos militares, os eventos marcam a história social dos processos de reivindicação e as lutas por reconhecimento coletivo. Diante da sensação de medo compartilhada na paralisação de 2011, o evento abriu margem para que incidentes violentos ocorressem, juntamente com arrastões e atos infracionais, o que foi potencializado pelos boatos corriqueiros que permeavam as redes sociais. Esse fato provocou uma instabilidade política do governo. O movimento evidência outro tipo de relação entre policiais e o estado, que vai além da representação do poder, expondo um posicionamento de confronto com o próprio estado em nome de valorização e reconhecimento profissional.

Diante da crise institucional, para alguns dos entrevistados, o ano de 2015 marca o processo de compensação de anos de luta por reconhecimento. O atual governo busca uma posição de diálogo com a base da Segurança Pública,

equipando a tropa com viaturas, armamentos e cursos modernos. Promoção de quase 9 mil policiais, além da assinatura de uma lei que estabelece uma mudança de patente automática e inicia o processo de regulamentação do “bico”. Esses fatos estão começando a se tornar frequente nas narrativas, com percepções controversas diante das proposições governista, trazendo inquietações para novas análises.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo traz uma discussão sobre os processos de lutas por reconhecimento social individual e coletivo entre policiais militares do Ceará. A partir das narrativas dos policiais entrevistados, são exploradas experiências em que são expressas moralidades e agenciamentos que evidenciam processos de desumanização, deslegitimação e perda de status, desencadeando movimentos reivindicatórios cujo objetivo é o reconhecimento social e demarcar suas condições de humanos.

Nesse sentido, as narrativas estão pautadas em um universo de significações e simbolismos expressos em práticas cotidianas. Os relatos de experiência são refletidos considerando o seu contexto de produção, compreendendo o entrelaçamento das categorias espaço e tempo em que são produzidas. Ademais, essas categorizações abrangem uma realidade social e histórica produzida e enraizada a partir dos diferentes processos e práticas vivenciados e experimentados pelos sujeitos.

Em um sentido mais amplo, ao trabalhar as narrativas de vida dos militares, não se espera necessariamente a reprodução fiel de determinado contexto, e sim um resgate da memória através da reconstrução da experiência vivida, por meio do recurso da palavras. Essas narrativas trouxeram para o debate uma realidade que confronta as percepções dos policiais enquanto sujeitos individualizados, apontando para uma série de situações que provocam efeitos em suas relações sociais e em seus trabalhos. Assim, partir das narrativas desses sujeitos temos pistas de como se opera as práticas e processos sociais no microcosmo que envolve a atividade policial.

Bibliografia

ALMEIDA, J. R. **Tropas em protesto: o ciclo de movimentos reivindicatórios dos policiais militares brasileiros no ano de 1997**. 2010. 472 folhas. Tese – Universidade de São Paulo. São Paulo.

ALVES, J. C. C. **Memória Dividida: narrativas acerca do movimento reivindicatório dos praças da Polícia Militar de Minas Gerais no ano de 1997**. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1729.pdf> Acessado em: 20/09/2015 16:30

ARAÚJO, Leticia de Sousa. **Entre vigilâncias e ilegalismos: As práticas policiais do Ronda do Quarteirão no Ceará**.30/08/2013. 120 p. Dissertação. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/Ceará.

CAVALCANTE, Ricardo Moura B. **Confiança, conhecimento e poder: análise da atividade de inteligência na PM do Ceará**. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza-CE, 2016.

FREITAS, Wendell B. **Nas fronteiras do mundo militar: Hierarquias, conflitos e subjetivação nas crises do militarismo da PMCE**. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza-CE, 2017.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. 2.ed. São Paulo, SP: Ed. 34, 2009

KANT DE LIMA, Roberto. **Direitos Civis, Estado de Direito e ' Cultura Policial': a formação do policial em questão**. Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo, SP, v. 11n41, p. 241-256, 2003.

MIRANDA, D. A.; Guimaraes, Tatiana. **O suicídio policial: O que sabemos?** Dilemas, v. 9, p. 1-18, 2016.

MINAYO, C. S.; SOUZA, E. R. **Missão Investigar: Entre o ideal e a realidade de ser policial**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

MINAYO, c. S.; SOUZA, E. R; CONSTANTINO, P. **Missão Prevenir e Proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008.

MUNIZ, Jaqueline. **Ser policial é, sobretudo uma razão de ser - Cultura e Cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro. IUPERJ, 1999.

NOBREGA JUNIOR, José Maria Pereira da. **A militarização da segurança pública: um entrave para a democracia brasileira.** *Rev. Sociol. Polit.*[online]. 2010, vol.18, n.35, pp.119-130.

ROCHA, Fernando Carlos Wanderley. **Desmilitarização das polícias militares e unificação de polícias – desconstruindo mitos.** Câmara dos Deputados. 2014, Brasília-DF

SÁ, Leonardo de. **Os Filhos do Estado: auto-imagem e disciplina na formação dos oficiais da Polícia Militar do Ceará.** Coleção Antropologia da Política. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, 145p.

SÁ, Leonardo; SILVA NETO ; Sales, Larissa . Entre frouxos e moleques: disputas morais, socialidade masculina e política de reputação entre políticos cearenses. In: Marcos O. Bezerra, John Comerford; Moacir Palmeira. (Org.). **Questões e Dimensões da Política.** 1ed.Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018, v. 1, p. 30-47.

SALES, L. J. M. **Medo e Sofrimento Social: uma análise das narrativas de policiais militares em atendimento clínico.** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza-CE, 2013.

SALES, Larissa; SÁ, Leonardo. A condição do policial militar em atendimento clínico: uma análise das narrativas sobre adoecimento, sofrimento e medo. **Revista Pós Ciências Sociais.** Maranhã. v. 13, p. 181-206, 2016.

SILVA, Antonio Marcos de Sousa. **Agentes públicos na segurança privada: a configuração do bico na cidade de Fortaleza.** 2010. 128 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza-CE, 2010.

SILVA NETO. A. S. **Disputa pelo troféu da segurança pública: uma análise sobre os policiais militares nas eleições de 2014 no Ceará.** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza-CE, 2016.